

projeto

Cr\$ 110.000,00

160

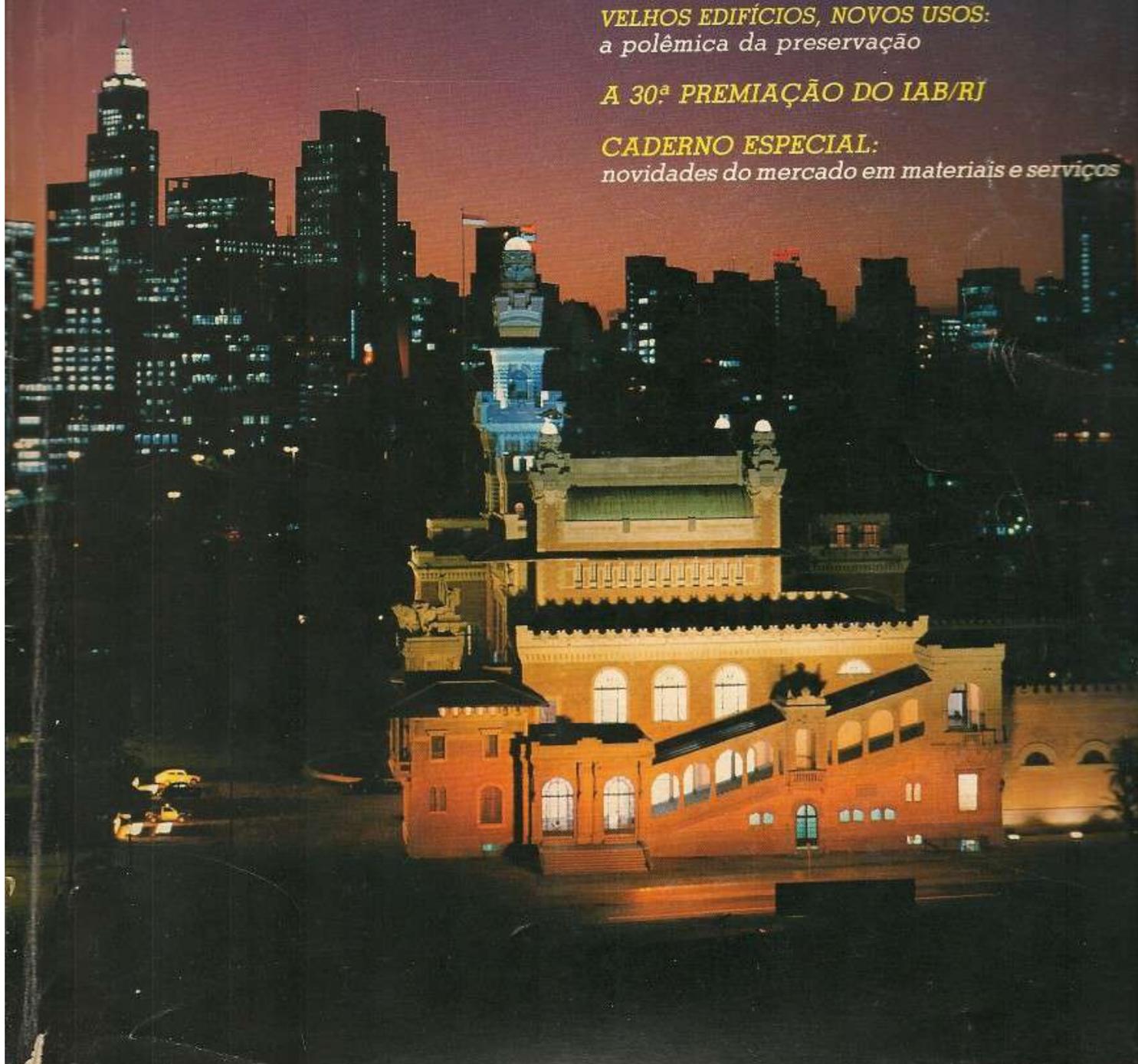
Revista
brasileira de
arquitetura,
planejamento,
desenho
industrial,
construção

ISSN 0101-1765

*VELHOS EDIFÍCIOS, NOVOS USOS:
a polêmica da preservação*

A 30ª PREMIAÇÃO DO IAB/RJ

*CADERNO ESPECIAL:
novidades do mercado em materiais e serviços*



Salvador: a difícil reapropriação do patrimônio edificado

Orlando de Azevedo

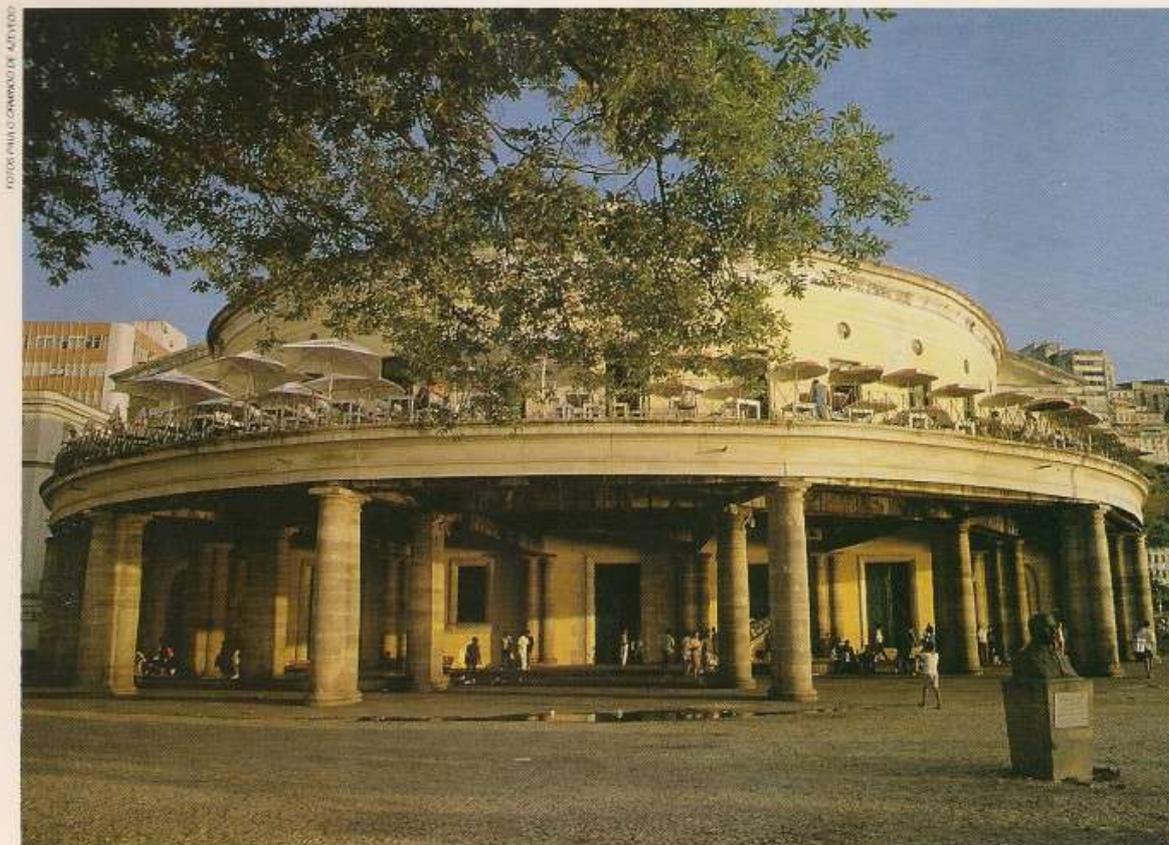


FOTO: PAULO CARNEIRO DE AZEVEDO

Estado Modelo

O urbanismo, tal como praticado entre nós, ao contrário de outras atividades culturais, não se desenvolve de forma cumulativa, mas substitutiva, com perda de importantes valores urbanos e culturais. A mola dessa autofagia é naturalmente econômica. Mas para que ela pudesse ser aceita, o liberalismo haveria de desenvolver a ideologia do higienismo, que no final do século passado devastou grandes áreas centrais em todo o mundo, e o chamado racionalismo arquitetônico e urbanístico, que sob esse título mascarou ações puramente segregacionistas, na primeira metade deste século.

Embora a Bahia tenha se destacado no cenário nacional por seu pioneirismo, em 1927, com a criação do primeiro serviço de patrimônio, a preservação da cidade ou de um setor urbano integral era coisa inconcebível na época. É nesse contexto que se trava um dos mais bizarros embates urbanos: o bonde elétrico versus a catedral.

De um lado, os defensores dos trilhos, entrenchados no maior jornal da cidade, financiado pela Companhia Linha Circular, subsidiária da Light and Power, moviam uma campanha histórica contra o que viria a se chamar depois de centro histórico. Do outro, uns poucos defensores do patrimônio cultural lutavam de mãos vazias.

Para construir um terminal de bondes foram destruídos, em 1933, a tricentenária catedral de Salvador e dois quarteirões vizinhos com a aquiescência das autoridades eclesiásticas e civis e de grande parte da população. Ironicamente, 30 anos depois, os bondes seriam banidos da cidade por obsoletos e antiquados, deixando uma clareira urbana desajeitada a que se deu o nome de praça da Sé.

Só durante a década de 50, quando a reconstrução européia evidenciou o absurdo econômico, social e cultural de tal política de substituição sistemática de tecido urbano tradicional, começaram a ser tombados os primeiros con-

juntos arquitetônicos de Salvador, embora não se tivesse nenhuma idéia de como preservá-los além do congelamento.

Por outro lado, a restauração de monumentos no Brasil nessa época era feita por especialistas sem nenhuma visão crítica da inserção do monumento na cidade contemporânea e tendente à reconstituição nostálgica e romântica da época. Na maioria dos casos, tais intervenções ou mantinham, por pura inércia, a função primitiva do edifício ou, o que era pior, submetiam-no a uma regressão não apenas construtiva como funcional e histórica, negando a própria função cultural do monumento.

O que se fazia como regra geral, e infelizmente se continua a fazer em muitos casos, era transformar esses edifícios em depósitos de antigalhas sem nenhuma técnica museográfica ou "décor", o que só aumentava a incompreensão do público pelos monumentos e pela história. Museus, arquivos, bibliotecas e hemerotecas, além de dirigidos para um público restrito, dos menos carentes de conscientização patrimonial, são das funções mais difíceis de se adaptar a edifícios antigos, pelo que exigem de controle rigoroso de luz, temperatura e umidade e de equipamentos de segurança contra incêndios e roubos.

Sintomaticamente, foram restaurações promovidas por instituições independentes do sistema formal de preservação as que tiveram maior impacto sobre Salvador e se transformaram em marcos de reapropriação de velhos monumentos pela comunidade.

A primeira intervenção feita na Bahia rompendo com a tradição de mumificação dos monumentos foi a conversão do Convento de Santa Teresa em museu capaz de reunir de forma didática e segura as riquíssimas coleções de arte sacra da arquidiocese da Bahia. Idealizado em 1956 pelo reitor Edgar Santos, o grande agente da renovação cultural baiana na década de 50, e executado pelo arquiteto Waldmir Alves de Sousa, no período de 1958 a 1959, este



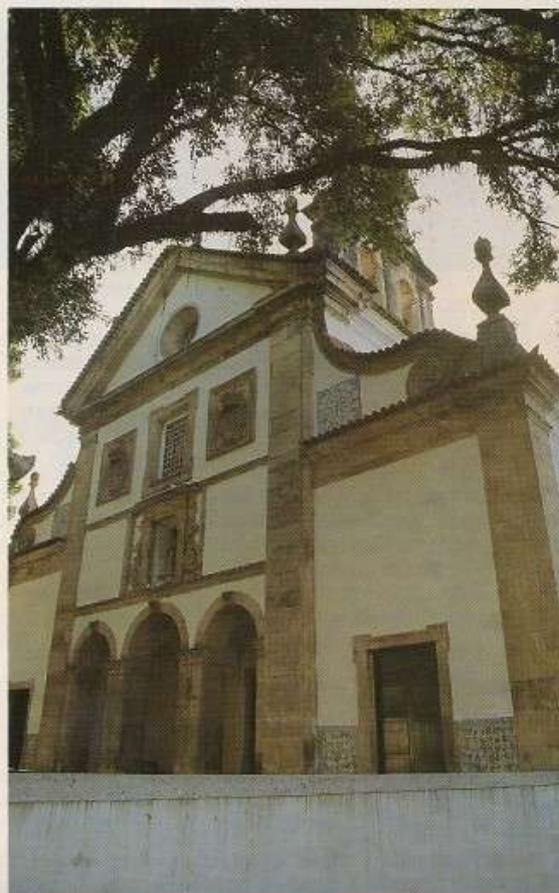
projeto se caracterizou por atitudes corajosas, como a liberação do convento seiscentista de anexos sem mérito arquitetônico e a dessacralização da igreja e sua transformação em auditório para performances.

A apresentação museográfica das coleções, as frequentes exposições e espetáculos de música e dança realizados naquele espaço, até então cerrado ao público, deram ao convento e ao bairro do Sodré uma animação pouco vista em outras áreas da cidade. Infelizmente, a falta de sensibilidade dos reitores que se seguiram, privando o museu de manutenção e meios para atividades de extensão, e a perda relativa de acessibilidade do Sodré, com respeito aos novos sistemas de circulação, transformaram aquele centro cultural em um museu sem vida, que a cada ano perde visitantes.

A segunda restauração nesta linha foi o Solar do Unhão. Resultante, na realidade, de construção de uma grande obra viária, o velho conjunto de casa grande e alambique do século 18, desapropriado pelo Estado quando da passagem da avenida do Contorno, foi transformado pela arquiteta Lina Bo Bardi em Museu de Arte Popular em 1963. Lina concebeu um museu dinâmico, com oficinas para produção de arte e artesanato e salões de exposições, que logo se transformou em ponto de reunião de artistas, intelectuais e boêmios.

Como restauradora, o grande mérito de Lina foi respeitar mas não temer o monumento, dar aos elementos novos reintegrados a mesma densidade e originalidade da construção secular. Quem ainda hoje passa naquela estrada coleante e se deixa desviar da rotina encontra um remanso junto ao mar, perdido no tempo, onde se redescobre sob a copa de frondosas árvores a força da cultura e da natureza baianas.

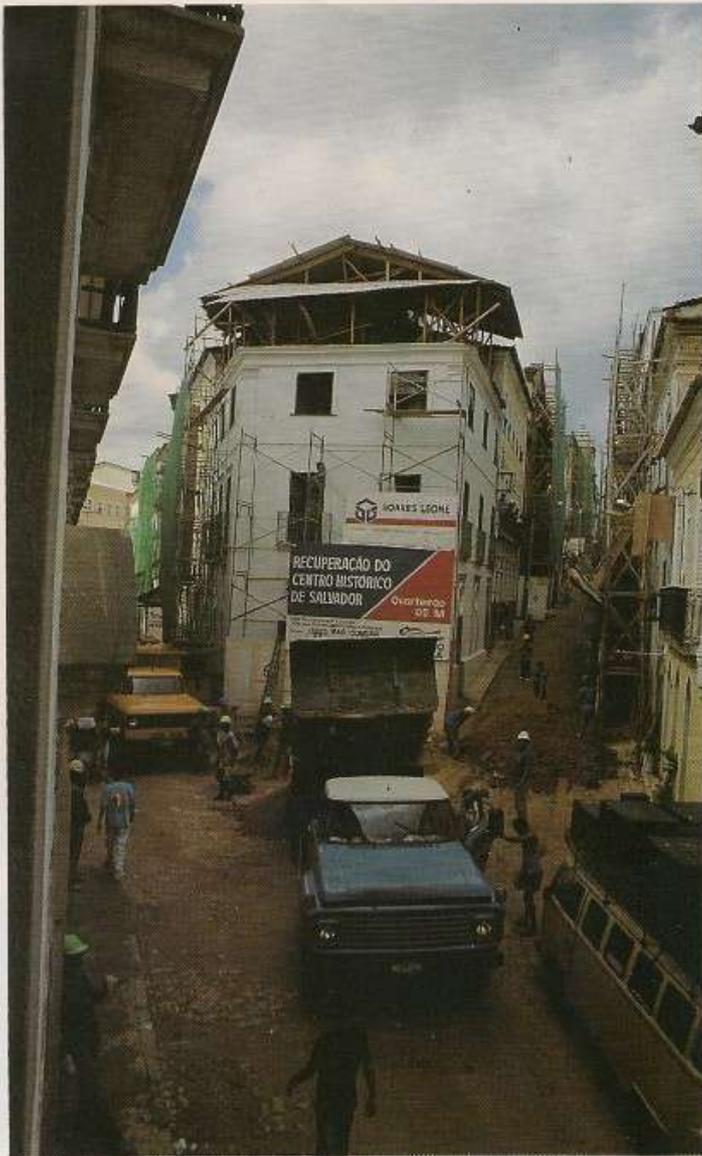
O incêndio do Mercado Modelo em 1984 ensejaria a adoção, à margem dos órgãos de preservação, de novos critérios e técnicas de restauração na Bahia. Desenvolvido





Solar do Unhão

Centro histórico de Salvador, atualmente em obras



por equipe da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo sob a coordenação do autor destas linhas, este projeto procurou romper a prática das restaurações acrílicas e miméticas. Executado por empresa construtora de porte, ele utilizou todos os recursos tecnológicos disponíveis, apresentados de forma clara e legível, sem procurar mascarar os elementos novos e as cicatrizes deixadas pelo fogo.

A destinação da parte inferior da rotunda para apresentações de capoeira e samba de roda e a recuperação da praça Visconde de Cairu, transformada na década anterior em um curral de carros, consolidaram o Mercado Modelo como pólo de animação do comércio, formado quase exclusivamente por bancos e escritórios comerciais.

Contudo, a restauração do centro histórico como eixo simbólico e cultural de Salvador parece ainda longínqua, apesar do esforço realizado pelo governo estadual. A partir de 1968, com a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, foi realizada uma série de restaurações no Pelourinho e embelezamentos de seus acessos, como a rua Alfredo Brito e a ladeira do Carmo, com propósitos predominantemente turísticos.

Desarticulada da planificação urbana e insensível às questões estruturais, como a reestruturação do espaço urbano

em função de novos acessos, ausência quase completa de moradores proprietários e marginalização viária do setor, tal política descambou para a realização de obras tópicas e assistenciais, que ao final de 24 anos, uma geração, não conseguiram deter o processo de arruinamento físico nem melhorar os indicadores sociais de sua população.

Consciente desse efeito, a atual administração estadual empreende um ambicioso projeto de recuperação acelerada de 104 sobrados e ruínas no Maciel e anuncia uma segunda etapa de igual porte. Mas a falta de um sistema de planificação urbana, a manutenção da propriedade imobiliária em mãos do Estado, da Igreja e de não residentes, o traslado da maioria de seus moradores, a pressa e o modelo estatizante de intervenção e gestão criam grandes interrogações sobre o futuro da área e de sua população tradicional, o que vale dizer, de sua cultura viva, não obstante a louvável determinação política do governo estadual e incomum volume de investimentos.

Paulo Ormino de Azevedo é arquiteto pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre pela Università di Roma La Sapienza e professor no curso de mestrado na UFBA; trabalhou como consultor da Unesco e coordena o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.